



232

O Camponês

ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO SUL

A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO SÃO NECESSÁRIAS PARA A LUTA

Aproximam-se as ceifas. Com elas todos nós esperamos poder ter uns dias de trabalho que façam diminuir a miséria em que vivemos.

Entretanto os agramados, em muitas regiões, estão já utilizando as máquinas de tal forma que mesmo no período de mais intenso trabalho há trabalhadores que ficam desempregados.

Esta situação, que se vem agravando de ano para ano, e as ricas experiências que os ceifeiros possuem, mostram-nos que é necessário reforçar a nossa unidade e a nossa organização.

É necessário, desde já fazermos reuniões de ceifeiros e de ceifeiras

para discutir e assentar como devemos actuar, qual a jorna por que devemos lutar, qual a forma como vamos conquistar a garantia de trabalho e uma jorna razoável para toda a ceifa.

Tais reuniões devem fazer-se nas Praças de Jornas ou nas Casas do Povo; pois as primeiras são o local normal da concentração dos trabalhadores e as segundas são as Casas que devemos frequentar para aí defendermos os nossos interesses.

Onde não houver Praça de Jornas e Casa do Povo, reuniremos em qualquer lado embora devamos trabalhar para criar, como foram criadas em tantas terras, uma Praça de Jornas.

Nessas reuniões precisamos de nos pôr todos de acordo e de organizarmos a nossa acção. Para isso é muito necessário escolhermos entre os operários agrícolas de maior prestígio e combativos, Comissões de Unidade que orientem a luta.

As Comissões de Unidade compete também contactar com os trabalhadores de outras terras e com as suas Comissões para conhecer as suas experiências e como pensam actuar e para coordenar a acção.

Só unindo-nos fortemente e organizando bem essa unidade poderemos obrigar os agramados a não utilizar as máquinas enquanto houver braços parados, lutar decididamente contra as empreitadas que não são só uma forma mais intensa de exploração como dividem e dificultam a acção de todos por melhores jornas, conquistar trabalho garantido e uma jorna razoável por todo o tempo da ceifa.

A nossa situação de miséria, que se vai agravando com o aumento constante do custo da vida, exige de todos que nos unamos como um só. Desunidos, pouca força temos, mas todos juntos teremos força capaz de vencer os que nos exploram e vivem à grande à custa da nossa fome e desgraça.

DOS PAÍSES SOCIALISTAS

Em Janeiro realizou-se em Moscovo um pleno do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, para discutir, em particular o desenvolvimento ulterior da produção agrícola neste País.

Foram convidados a participar nas discussões destacados agrónomos, dirigentes de «kolkoses» (propriedades colectivas) e «sovkoses» (propriedades do Estado) e simples camponeses.

Esta reunião foi anunciada com antecedência para permitir escutar todos aqueles que alguma coisa tinham para dizer sobre os problemas agrícolas.

Foram escritas inúmeras cartas e artigos nos jornais relatando experiências e apontando sugestões que no decurso dos trabalhos, foram analisadas.

Este é um exemplo da participação de todo o povo numa questão primordial e de confiança no poder criador das massas.

A PIDE ESTÁ TORTURANDO AS PRESAS POLÍTICAS DENUNCIEMOS A REPRESSÃO E LEVATEMOS-NOS CONTRA O TERROR

Quando, por todo o mundo, o regime de repressão e terror de Salazar está sendo ampla e abertamente desmascarado, a PIDE lança-se em novas formas repressivas e intensifica toda a sua acção terrorista.

Pelas graves informações que nos chegam das prisões da PIDE sabemos que a operária corticeira Albertina Diogo e as operárias agrícolas do Couço, Cesaltina Feliciano, Elvira Garcia e Elisa Pinto, foram torturadas.

A «estátua» e a tortura do sono infligidas a estas trabalhadoras revolta todo o nosso povo que protesta contra os miseráveis agentes da PIDE que não recuam mesmo ante a tortura de mulheres.

Sabemos igualmente que os presos políticos estão sofrendo castigos desumanos com o objectivo de lhes destruir a saúde e a vida. Francisco Miguel foi colocado no «segredo» de Caxias durante 20 dias com uma só refeição diária e muitos outros presos políticos têm sido «castigados» com 10 e 20 dias de «segredo», alguns a pão e água. A muitos presos que se encontram doentes foi-lhes retirada a dieta, não podem receber alimentos de fora e não lhes é permitido um tratamento capaz. Ao mesmo tempo a PIDE impediu as habituais visitas em comum nos dias de Natal e Ano Novo, tendo as famílias que

reclamavam essa visita sido maltratadas.

Este agravamento da perseguição aos presos políticos bem como a maior vigilância e opressão em todas as terras por parte do aparelho repressivo de Salazar, estão ligados às dificuldades crescentes que este actualmente vive. Tal repressão tem como objectivo obrigar o povo português a suportar uma injusta guerra contra os povos coloniais e a suportar a continuação da fome e miséria que se estende por todo o país.

Denunciemos amplamente que a PIDE está torturando mulheres e que todos os presos políticos estão sendo perseguidos com desumanos castigos. Organizemos por todo o lado uma ampla campanha que proteste contra a repressão, que crie uma larga solidariedade a todos os presos políticos e suas famílias e que recomece cada vez com mais força uma Ampla Amnistia Política.

AS LUTAS DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

HERDADE DO MATUM (MELIDES) — Um rancho de mulheres no trabalho das mondas exigiu do agramado o horário das 8 horas. Como o agramado não quis ceder, as valentes trabalhadoras decidiram erregar às 9 quando a hora é às 8,30 e passaram a fazer cera.

S. FRANCISCO DA SERRA — Muitos ranchos que trabalham na esgalha conquistaram o horário das 8 horas. Também um rancho que foi trabalhar para a Torre Vã exigiu as 8 horas e a sua luta foi

vitória.

RIGIÃO DE GRANDOA — O horário das mondas está a ser pago a 10\$00. Enregam às 9,30, largam ao pôr do sol com uma hora para almoço. Tem havido agramados a exigir que o pessoal enregue às 9 horas. Tem havido protestos e numerosos ranchos mantêm a hora da enrega às 9,30.

— Também nesta região se têm exigido o horário das 8 horas o que em alguns lugares tem sido

(continua na 2ª pag.)

FAÇAMOS DO 1º DE MAIO

UMA JORNADA DE UNIDADE E ACÇÃO

Apesar do ambiente de terror que campeia por todo o país, os trabalhadores portugueses nunca deixaram de comemorar a Jornada Internacional do Trabalho — o 1º de Maio.

Os operários agrícolas do Sul do País, em particular, têm procurado sempre aproveitar essa data para melhor unir os seus esforços no sentido da conquista das suas reivindicações.

Essa comemoração pode tomar muitas formas, umas mais amplas outras menos, umas mais e outras menos activas, mas em todo o lado se pode, pelo menos, fazer um pequeno encontro entre os que trabalham num mesmo rancho ou vivem perto e em alguns sítios é possível dar a esta comemoração uma muito maior largueza.

A unidade do operariado agrícola é absolutamente indispensável para que a nossa luta ganhe força capaz de conquistar as nossas justas aspirações.

Comemoremos o 1º de Maio fortalecendo a nossa unidade por meio de pequenas ou grandes reuniões onde discutamos os nossos problemas, por meio de acções junto dos patrões e das autoridades por trabalho, por melhores jornas e por um contrato colectivo que garanta trabalho, e uma jorna justa!

Comemoremos o 1º de Maio unindo todos os ceifeiros do Sul do País na sua luta por trabalho e melhor jornal!



VAMOS LÁ CONVERSAR, Ó ZÉ!

—Adeus, Zé, há muito tempo que te não via!
—É verdade, Toino, fui de abalada até ao Algarve, carregar uma cortiça.
—E que viste por lá Zé?
—O que se vê por todo o lado, Toino; muita fome e miséria. Toda a gente a queixar-se que a vida está cada vez pior e todos desejosos por se verem livres de Salazar.

Olha, Toino, na parte Norte do Algarve a situação do operário agrícola é idêntica à do trabalhador alentejano—falta de trabalho e jornadas de fome. Na região litoral existem grandes agrários que dão a terra de renda; o cultivo, aqui, é intensivo, de regadio.

—Então a situação aí é melhor?

—Não, Toino. A situação do rendeiro é, por igual, desesperada. Esfalfa-se a trabalhar a terra para pagar uma renda de 5 contos por hectare, ou seja, 50 centavos por metro quadrado, ao agrário que nada faz, e, depois de pagar a renda, pouco lhe fica para comer. Calcula, Toino, que só a casa Fialho, das propriedades que possui na Quarteira, recebe de renda mais de 1.000 contos, sem que mexa uma palha, fora a uva e a fruta que é toda do agrário. É a situação do pequeno e médio proprietário é também muito má. Na luta contra a grande propriedade esta leva sempre vantagem. O grande agrário obtém crédito mais barato, vende os produtos na melhor altura, tem mais fácil acesso ao mercado e pode dispor dos progressos técnicos que não são acessíveis à pequena e média propriedade, como sejam as máquinas, etc.

—Tem graça, Zé, que isso mesmo me disse um pequeno proprietário de Quintos. Abalou para Lisboa à busca de trabalho e olha que deixou ainda na terra onde deitar umas sementes. Era homem remediado, cuidadoso no trato da terra, mas aos poucos foi ficando sem o que era seu, vendia hoje um bocado, amanhã outro, para pagar os juros e poder comprar adubo e a sua vida ia de mal a pior. Encontrei-o na feira a vender uma mula, a outra da parelha há muito que tinha sido vendida. O que ele me contou até me fez lembrar o que tens falado sobre a aliança com os pequenos e médios camponeses.

—É mesmo assim, Toino. Quer o operariado agrícola, quer o pequeno e médio camponês, todos nós somos vítimas dum regime que representa os mais poderosos banqueiros, industriais e comerciantes e os latifundiários. Nós não temos onde trabalhar e há muitas herdades abandonadas ou mal cultivadas, as nossas jornadas são miseráveis mas os grandes ricos vivem cada vez mais luxuosamente. Por outro lado o pequeno e médio camponês, que trabalha incansavelmente a terra, não consegue tirar dela qualquer lucro porque, mesmo que não tenha de pagar renda ou partes, não pode competir com a grande propriedade e os actuais preços dos produtos agrícolas só para esta são compensadores. Se nós, lutando por melhores jornadas e trabalho, e eles, lutando contra a ruína para que estão a ser levados, se todos lutarmos decididamente por uma Reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha, encontraremos o caminho que derrube para todo o sempre o regime que fez do nosso país um paraíso de uns poucos assentes num inferno para quase todos.

REPRESSÃO NO PARAGUAY

No Paraguay, país da América do Sul, existe há muito um regime fascista que tem torturado até à morte muitos presos políticos.

Alguns dirigentes populares foram ainda há bem pouco assassinados na presença do próprio ministro do Interior.

Entre os actuais presos encontra-se em perigo de vida um dos mais destacados heróis da luta pela liberdade do povo paraguaiano, o prof. António Maidana.

Os camponeses portugueses, que conhecem bem o que é a repressão, não deixarão de protestar contra estes crimes escrevendo para:

Senhor General
Alfredo Stroessner
Presidente de la Republica del Paraguay
Asuncion—Paraguay
ou Consulado Geral do Paraguay
R. Rodrigo da Fonseca, 82-42
Lisboa

CARTA DUM LEITOR

NÃO PASSA DE DEMAGOGIA O PLANO DE CONSTRUÇÕES RURAIS

O Ministro das Corporações, cão de fila do actual governo, quando da sua digressão pelo Alentejo em viagem de propaganda do regime salazarista, ao inaugurar alguns pequenos blocos de casas, obras de fachada, não se cançou em falar na construção de casas para os trabalhadores. Ora, o governo salazarista conhece muito bem a vida miserável dos trabalhadores e as suas aspirações. Mas temendo que os trabalhadores se unam e lutem decididamente por elas, toca de fazer projectos de planos e mais promessas que só têm como objectivo entravar a luta e ludibriar.

Mesmo se algumas habitações fossem construídas pelo salazarismo, elas não seriam para satisfazer as necessidades dos trabalhadores rurais, mas sim só para meia dúzia de afilhados ou seus lacaios. A comprovar isto, estão as medidas que toma em relação aos planos de urbanização. Só são aprovados projectos de construção desde que as rendas das casas vá de 300 a 500\$00 e mais por mês.

Outra medida de que o governo faz uso, é obrigar a fechar muitas casas com o protesto de que não têm condições para serem habitadas. Esta medida não tem como objectivo defender a saúde pública, mas, defender os capitalistas que fazem da construção fonte de lucros.

Além disto, o governo facilita a acção criminosa de alguns agrários que não só não constroem

casas para os seus trabalhadores como destroem as que adquiriram de qualquer forma. Foi o que fez o agrário João Domingos Mourão, dono de três propriedades duas no Concelho de Montemor-o-Novo e outra no Concelho de Alcacêr do Sal. Esta é conhecida pelo nome de Junges.

Nesta, que é conhecida pela Junges, existiu uma mina de carvão dado como explorado. Várias casas nela existentes foram deixadas aos mineiros, que nelas antes habitavam com a condição de não pagarem renda ao agrário. Mas como nesta região as crises de desemprego são frequentes algumas famílias deslocam-se à procura de trabalho para outras terras. Então, o agrário logo manda destruir as casas que ficam vagas. Já são à volta de 100 que manda destruir.

Esta é a obra que os fascistas realizam com as tão apreguadas construções rurais.

Estas casas e outras que o governo manda destruir e fechar bem melhor seriam que as miseráveis cabanas cobertas com palha e barracas de lata que milhares de famílias, pelos salários de fome, se vêm obrigadas a habitar.

Unamo-nos todos como um só bloco e façamos que os Veigas de Macedos cumpram com as suas promessas, exigindo habitações decentes para todos os trabalhadores.

A luta e a vitória será nossa.

LUTAS DOS OPERÁRIOS

(continuação da 1ª pag.)

alcançado.

BALEIZÃO—Numa variante da estrada o pessoal que trabalha na camioneta que faz o transporte das terras trabalhadas de empreitada, cada 9 camionetas de terra gera um dia ganho. Mas o capataz conhecido pelo Portela quis aumentar as carradas de 9 para 10. Os trabalhadores uniram-se e recusaram a aceitar. Então o capataz tirou-lhes a empreitada e passou-os à jorna. Perante isto os trabalhadores passaram a fazer cera o que obrigou o capataz a dar-lhes novamente a empreitada como tinham estabelecido antes.

MONTE-MOR-O-NOVO—devido à sua unidade e luta os operários agrícolas desta região têm conquistado as jornadas de 30\$00 nos trabalhos de limpeza de árvores.

MAIS UM EXEMPLO

“DAQUI NÃO ARRANCAM NADA”

António Gervásio é um operário agrícola de Montemor-o-Novo, que desde muito jovem vem lutando abnegadamente na defesa das reivindicações da sua classe e das aspirações mais sentidas por todo o nosso povo.

Preso pela PIDE em 1947, em virtude duma acção reivindicativa dos trabalhadores da sua terra, veio algum tempo depois para liberdade mais disposto e consciente para a justa luta a que mais tarde passaria a dedicar-se totalmente.

Em Agosto do ano passado foi preso em Beja pela PIDE que o levou para o Aljube de Lisboa onde foi mantido numa cela durante seis meses.

Os interrogatórios que a polícia de Salazar lhe fez foram simplesmente sessões de tortura. Não lhe permitiram dormir durante 5 noites e 5 dias, depois mais 24 horas e outras 24 horas, depois mais 6 dias e noites. Em seguida bateram-lhe durante 14 horas, fizeram-no estar de «estatua» mais de 50 horas e retiraram-lhe da cela as mantas e a enxada durante muitos dias.

Estes são os processos usados pela polícia política para «interrogar» e «investigar», isto é, para tentar vergar os homens destruindo-os moralmente.

António Gervásio sabia que ninguém nem nada pode obrigar a falar quem o não quer. Defendendo a sua honradez e os seus companheiros de luta, da sua boca a PIDE ouviu uma única declaração: «Sou membro do Partido Comunista e nessa qualidade não faço declarações nem confirmações sobre a minha actividade; daqui não arrancam nada».

Que este exemplo, a juntar ao de tantos outros trabalhadores que têm sabido portar-se dignamente ante os carrascos da PIDE, seja divulgado e seguido por todos os camponeses do Sul do País.

Que todos cumpram sempre esta afirmação: «Daqui não arrancam nada».

Foi Preso José Miguel

Chegou ao conhecimento de «O Camponês», no último momento a notícia da prisão de José Miguel operário agrícola de Vale de Vargo destacado dirigente da classe operária, cuja vida, inteiramente dedicada à luta do nosso povo, se encontra actualmente em perigo nas mãos dos esbirros da PIDE. Defendamos a vida de José Miguel

Orçamento de Guerra

Foi dado a público o Orçamento Geral do Estado para 1961. Como habitualmente trata-se de um documento que confirma a política de guerra, repressiva e de apoio ao capital monopolista. Mas este ano o Orçamento revela a todos o caminho por onde Salazar está arrastando o nosso povo, com a sua política colonialista.

As despesas previstas apresentam um aumento de 1.292.800 contos em relação a 1960. Mais dinheiro que será arrancado às classes trabalhadoras e médias, já que o capital monopolista continua a embolsar os seus chorudos lucros. A que se destina este aumento de despera?

Para gastos nos preparativos de guerras coloniais e na repressão

vão mais de 73% do aumento da despesa prevista, ou seja 949.164 contos, duas vezes mais do que o governo salazarista gastou (cerca de 469.000 contos), em 14 anos, ao abrigo da lei de Melhoramentos Agrícolas.

Há falta de hospitais, de escolas, habitações, estradas, etc.; o desemprego e com ele a fome aumentam dia a dia, a lavoura debate-se numa grave crise; contudo os dinheiros públicos são gastos de forma criminosa.

Protestemos contra este Orçamento de guerra, que só pode satisfazer aqueles que sonham poder manter por mais tempo a escravidão das populações negras das colónias, substituindo o chicote pelas balas.